opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Relógio da Casa Masson

O antigo relógio da Casa Masson, na Rua dos Andradas, está avariado há cerca de seis anos (Jornal do Comércio, edição de 30/10/2026). Bom registro do jornalista Fernando Albrecht, que assina a coluna Começo de Conversa sobre o abandonado relógio da Casa Masson, na Andradas esquina com a Marechal Floriano. Por décadas ele serviu de referência em horário no Centro para os porto-alegrenses. Uma pena estar sendo descuidado e que, com certeza, vai desaparecer, desta maneira. *(Túlia Menegaz, por e-mail)*


Começo de Conversa

O relógio furado

Hospital de Osório

Foi publicado no dia 29 de outubro decreto assinado pelo governador Eduardo Leite que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel onde funciona o Hospital São Vicente de Paulo, em Osório, no Litoral Norte (JC, 30/10/2026). Após 35 anos trabalhando como médico em Osório e no Litoral e como chefe do INSS, conheço todo o Litoral e sempre venho defendendo a criação de um Hospital Regional em Osório, pois é o portão de entrada e saída do Litoral. Até hoje, após várias publicações e entendimento com os prefeitos, nada foi feito. O prefeito de Osório deveria articular com os outros prefeitos e construírem um grande hospital, com resoluções simples e de média a grande complexidade e só fazer "ambulância terapia" a Porto Alegre nos casos muito complexos. *(Jose Valdai de Souza, médico, por e-mail)*

Poder Judiciário

Na abertura do 12º Fórum Instituto Unimed/RS, o comentarista político Caio Coppola disse que o Poder Judiciário surge como uma nova liderança política no Brasil (JC, 29/10/2026). Políticos não podem transferir responsabilidades conforme a conveniência. Democracia exige instituições independentes, respeito à Constituição e coerência entre discurso e ação. E quem mais deve cobrar responsabilidade dos políticos é o povo. Afinal, o poder emana do povo, que precisa fiscalizar, questionar e cobrar seus representantes. *(Alexandre Candano)*

Poder Judiciário II

Sinal das instituições funcionando frente aos ataques contra a nossa democracia, nossa institucionalidade e as regras mais básicas de civilidade. Só há intervenção do Judiciário porque as lideranças políticas que ele defende desejam romper com o Estado democrático de direito. *(Felipe Figueiró Klovan)*

Eleições

Foram eleições muito disputadas essas últimas no Brasil. Pelos resultados do primeiro e segundo turnos, viu-se um País bem dividido politicamente. Mas tudo transcorreu em calma e a vontade da população foi respeitada. Que o presidente eleito faça um bom governo em prol do Brasil e dos brasileiros. *(Marco Antônio Bacellar, Porto Alegre)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Reforma Tributária e segurança jurídica

Luiz Carlos Bohn

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou a tão aguardada alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): 11,3%. A definição caberá ao Senado Federal, em meio a crescentes preocupações do setor empresarial com a proximidade de sua entrada em vigor. Embora a Reforma Tributária traga avanços, uma mudança dessa magnitude não pode ser implementada sem a necessária previsibilidade. Estamos diante de uma transformação profunda, com impactos diretos sobre custos, contratos, investimentos e competitividade.

Ao longo de 2026, mesmo sem conhecer a alíquota definitiva, as empresas precisaram simular impactos, avaliar alterações contratuais e reexaminar seus regimes tributários. O prazo é inadiável: em 1º de janeiro de 2027, PIS e Cofins serão substituídos pela CBS. E as incertezas não terminam aí.

Ainda falta definir a alíquota de referência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá gradualmente ICMS e ISS a partir de 2029, até a conclusão da transição, prevista para 2033. Caso se confirmem as projeções de 11,3% para a CBS e 18,7% para o IBS, a tributação conjunta alcançará 30%, colocando o Brasil entre os países com maior carga tributária sobre o consumo.

Nesse cenário, também preocupa o cumprimento da trava de 26,5% prevista para a carga tributária. Respeitar esse limite poderá exigir a revisão de exceções e regimes diferenciados, ampliando as incertezas para diversos setores. Soma-se a isso a indefinição sobre a alíquota do Imposto Seletivo. Uma reforma dessa dimensão exige transparência, planejamento e segurança jurídica desde sua implementação. A Fecomércio-RS reconhece que um ambiente de negócios estável é essencial à geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico. Por isso, defende uma transição que ofereça às empresas condições reais para se adaptar, com prazos adequados e regras claras.

> Para o setor produtivo, a capacidade de antecipar obrigações é fundamental

Para o setor produtivo, a capacidade de antecipar obrigações é fundamental para a tomada de decisões. Sem clareza sobre as regras, aumenta o risco de adiar investimentos e decisões estratégicas, justamente em um período que exige preparação.

O Brasil precisa de um sistema tributário que impulsione o desenvolvimento, e não de uma transição que comprometa a competitividade e penalize justamente quem sustenta a atividade econômica.

Presidente do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac e IFEP

Expoceva movimenta economia cervejeira

Matheus Andrade

A cerveja artesanal é uma expressão da identidade gaúcha, mas também representa empresas, empregos e oportunidades de negócios. É com essa visão que a Associação Gaúcha de Microcervejarias (AGM) realiza, de 27 a 29 de novembro, a primeira edição da Expoceva, no BarraShoppingSul, em Porto Alegre, com o propósito de valorizar a produção econômica local.

> Somos o segundo maior polo cervejeiro do Brasil: 325 cervejarias registradas em 145 municípios

Durante três dias, 25 cervejarias do Estado estarão reunidas para apresentar seus produtos ao público. A expectativa é receber entre 10 mil e 15 mil visitantes e comercializar aproximadamente 10 mil litros de cerveja. Serão mais de 200 torneiras de chope de diferentes estilos, mostrando a diversidade dos produtores.

Esses números importam porque cada venda movimenta uma cadeia que vai muito além do copo. O setor compra insumos, contrata transporte e serviços, gera demanda para bares e restaurantes e pode atrair visitantes interessados em experiências gastronômicas. A feira amplia a visibilidade das marcas, aproxima produtores de consumidores e abre espaço para conexões comerciais que podem permanecer depois do evento.

O Rio Grande do Sul tem base para ocupar esse espaço. De acordo com o Anuário da Cerveja 2026, do Ministério da Agricultura e Pecuária, somos o segundo maior polo cervejeiro do Brasil: 325 cervejarias registradas, distribuídas por 145 municípios. A atividade responde por 2.479 empregos diretos no Estado. Porto Alegre, com 35 cervejarias, é a segunda cidade brasileira em número de estabelecimentos.

Há, porém, um desafio que não podemos ignorar. Em 2025, o Estado perdeu 24 cervejarias em termos líquidos: foram 36 encerramentos ou cancelamentos e apenas 12 novos registros. A retração de 6,9% mostra como a pressão sobre os pequenos negócios, inclusive tributária, ameaça um setor relevante para a economia regional. Precisamos de um ambiente que permita competir, investir e crescer.

A Expoceva nasce para contribuir com essa agenda. Além da feira aberta ao público, o congresso AGM SH4RE reunirá lideranças e especialistas para discutir o futuro do mercado. Com música, gastronomia e produção gaúcha no centro da programação, queremos transformar três dias de encontro em mais consumo local, novos negócios e perspectivas duradouras para quem empreende no setor.

Presidente da Associação Gaúcha de Microcervejarias (AGM)

Leia o artigo "A música, a cultura e a arte também educam!", de Jorge Amaro de Souza Borges, em www.jornaldocomercio.com